

Depois de três sessões em que a reivindicação de anulação da sindicância de 2007, contra os estudantes que ouparam a Reitoria, começou a ser discutida, o Conselho Universitário entendeu que não deveria aceitar o recurso da ex-aluna Viviane Cantarelli, pois não havia fatos novos que justificassem o pedido.

Foram três sessões agitadas, onde se notava claramente os posicionamentos daqueles que queriam ver enfim restaurado um mínimo de autonomia universitária na PUC-SP, contra aqueles que se escoravam na manutenção da sentença proferida por uma sindicância viciada instaurada pela ex-reitoria Maura Vêras.

Na sessão da quarta-feira, 27/4, quando se esperava que a situação teria um desfecho com a votação dos pareceres dos relatores, o vice-reitor Vico Mañas colocou como premissa a aceitação, ou não, da discussão da questão. O argumento caiu como uma luva para aqueles que queriam se isentar do debate sobre a criminalização dos estudantes.

Alguns conselheiros, como o estudante Aldo Sauda, colocaram em dúvida a discussão, uma vez que o Consun já havia aceito a questão, tendo concedido dois pedidos de vista do processo.

Ao final da pauta 12 conse-

RETROCESSO!

CONSUN NEGA A DISCUSSÃO E REAFIRMA PUNIÇÃO SOBRE ALUNOS SINDICADOS EM 2007

lheiros votaram pela não aceitação da discussão. Pela Reitoria, exceção feita ao professor André Tavares, todos os presentes votaram pela não aceitação do tema para a discussão. Dez conselheiros votaram a favor e três se abstiveram (veja quadro nesta página).

ESVAZIAMENTO DO CONSUN

Assim o Conselho Universitário deixou de cumprir uma de suas principais funções na uni-

versidade. "Desprezamos o espaço de discussão do Conselho Universitário. É grave não retomarmos uma discussão que afrontou direitos individuais dentro da universidade", concluiu o pró-reitor André Tavares, após a decisão dos conselheiros.

Em um momento em que o Consun encontra-se fragilizado, vendo seu poder decisório esvaí-se em meio às decisões do Conselho de Administração (Consad) boa parte dos conselheiros consagra mais uma vez o papel secundá-

rio e burocrático do organismo.

Outro fato interessante é que, embora vários departamentos, estudantes e associações se manifestassem pela absolvição dos estudantes sindicados (veja manifestos na página 2), conselheiros que deveriam, em tese, representar essas parcelas da comunidade foram em sentido contrário, preferindo que seus interesses individuais ficassem acima do coletivo.

ELEIÇÕES NA APG

Passados sete meses depois das eleições da Associação dos Pós-Graduandos da PUC-SP, a discussão chegou ao Consun. A chapa perdedora, Diversidade em Ação, impetrou um recurso ao Consun, pois discordou da posição do reitor Dirceu de Mello e pedia reconsideração da posição adotada pelo professor.

Segundo o representante da chapa não se tratava de uma ingerência do órgão numa entidade autônoma, mas de um pedido de reconsideração de um ato do reitor, que eles entendiam como contraditório. Mais uma vez os conselheiros preferiram não debater a questão, pois entenderam se tratar de uma ingerência em um processo decisório de uma organização independente da burocracia da universidade.



Conselheiros votam a não aceitação da discussão

Como votaram os conselheiros

PELA NÃO ACEITAÇÃO DO DEBATE SOBRE A SINDICÂNCIA: Os pró-reitores Helio Deliberador, José Mariano e Haydee Roverati; Sandra Marz e Alexandra Geraldini, da Faficla; Luiz Carlos de Campos, Matemática; Pe. Valeriano Costa, Teologia; Cibelle Saad e José Martínez, Sorocaba; Juarez Belli e Fabio Gallo, Economia e o funcionário Reynaldo Machado.

VOTARAM PELA ACEITAÇÃO DA DISCUSSÃO: Aldo Sauda, alunodo Direito; Marcelo Sodré e Marcia Di-

namarco, Direito; André Ramos Tavares, pró-reitor de pós-graduação; Margarida Limena, Ciências Sociais; Amália Andery e Maria Cláudia Cunha, Ciências Hum. e da Saúde e a funcionária Helena Borges, Maykel Chagas Botelho e a representante administrativa de Sorocaba

ABSTENÇÕES: Marcos Mazze-to, Educação e a funcionária Marta Rojas e a representante discente de Sorocaba, além do vice-reitor.

Professores, estudantes e funcionários solidarizam-se com os sindicados

As associações de professores e funcionários da PUC-SP solidarizaram-se com os estudantes sindicados em 2007. A APROPUC enviou moção aos conselheiros do Consun, em 29/3, já a AFAPUC também declarou apoio à reivindicação da aluna Viviane Cantarelli que pedia anulação do processo sindicante instaurado em 2007. Os departamentos de Jornalismo e Serviço Social também redigiram nota de apoio e alunos de outros cursos manifestaram-se publicamente em apoio à estudante. Porém boa parte dos conselheiros preferiu ignorar essas manifestações, inclusive de suas próprias bases, votando contra a reivindicação dos alunos sindicados. Abaixo transcrevemos as moções de Serviço Social e Jornalismo.

Moção de apoio à ex-aluna Viviane Cantarelli

O Departamento de Jornalismo da PUC-SP vem manifestar a sua irrestrita solidariedade à ex-aluna do Curso de Direito, Viviane Cantarelli, que hoje vem ao Conselho Universitário reivindicar a anulação do Processo Sindicante que apontou nove alunos desta instituição como culpados pela ocupação da Reitoria da universidade em 2007.

Os professores deste departamento já tiveram a oportunidade de manifestar-se durante todo o processo de ocupação da Reitoria, defendendo a liberdade de expressão e manifestação, bem como propondo uma solução mediada para o conflito.

No entanto, não foi isso que assistimos. A manifestação estudantil terminou em um ato de violência, com a polícia militar invadindo o campus universitário para expulsar os alunos da Reitoria.

A sindicância e o processo administrativo que se seguiram foram eivados de vícios jurídicos e outras injustiças, conforme foi amplamente divulgado por nossa imprensa interna. As associações de professores

e funcionários mostraram toda a sua discordância com os procedimentos implementados pelas comissões processantes e sindicantes, que não ouviram adequadamente os sindicados, desprezaram provas concretas de incriminação do serviço de segurança da universidade e proibiram o livre acompanhamento de diversas sessões pelos órgãos de comunicação interna da universidade.

Lembramos que, além da APROPUC, da AFA-PUC e dos Centros Acadêmicos, o próprio reitor Dirceu de Mello colocou-se contra a punição dos estudantes sindicados.

Por isso a absolvição dos estudantes representa, hoje, um resgate da democracia puquiana, arranhada de uma maneira absurda, num episódio que afrontou os direitos humanos e toda legislação jurídica do país. E, é nesse sentido, que conclamamos este Conselho Universitário a reparar esta injustiça contra nosso corpo discente e contra todo nosso sentido de autonomia universitária.

*Departamento de
Jornalismo da PUC-SP*

Moção de apoio do Curso de Serviço Social

Os professores do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP vêm a público declarar confiança na não punição da estudante Viviane Cantarelli no correr do Processo Administrativo Revisional nº 38/2010.

É inadmissível escolher nove alunos para serem responsabilizados por uma ação coletiva, pois é certo que o conjunto de alunos que sofrem esse processo sindicante foram aleatória e previamente indicados como supostos. Líderes da ocupação da Reitoria da Universidade no ano de 2007. A iniciativa de ocupar a Reitoria foi uma decisão coletiva tomada por centenas de estudantes reunidos na porta do TUCA, em novembro de 2007, em busca de diálogo com a

então Reitoria, na tentativa de romper os poucos espaços de discussão durante a implementação do então chamado Redesenho Institucional.

Em nome da democracia interna, característica histórica da PUC-SP, nestes 65 anos de existência da universidade, defendemos sempre que o argumento punitivo nunca deve se sobrepôr ao debate livre e exaustivo, à tolerância às diferenças, à construção coletiva de idéias e divergências, na construção de uma sociedade democraticamente plural.

Por isso, nós professores do Curso de Serviço Social da PUC-SP, defendemos a nulidade do processo e absolvição de todos os estudantes sindicados por aquele episódio.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de
Almeida 990 - Sala CA 02 -
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio
Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:**
www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Thiago Cara, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Luana Lila

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e
Editoração:** Valdir Mengardo e Ana
Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz
Abramides, João B. Teixeira,
Priscilla Cornalbas e Victoria C.
Weischardt

**As matérias assinadas não expressam necessariamente
as posições das entidades e da redação.**

PRECARIZAÇÃO DO ENSINO E TRABALHO

"A precarização atingiu os funcionários muito antes do que os professores"

Maria Bernadete Maciel entrou na PUC-SP em 1980. Trabalha no Núcleo de Trabalhos Comunitários, como secretária administrativa de projetos comunitários e já foi presidente da AFAPUC. Hoje ela comenta como a precarização atinge também os funcionários.



VALERIO PAIVA

"Acho que a precarização na verdade atingiu os funcionários muito antes até do que os professores, aliás, antes até da presença da Fundação São Paulo. Na última gestão de reitor nós tivemos uma série de demissões e a partir dessas demissões as contratações eram feitas já na base de um patamar salarial menor. Vários trabalhadores desenvolviam a mesma função com salário diferenciado.

Os funcionários, nos últimos anos, perderam várias conquistas. Atualmente não temos um plano de carreira decente ou um concurso, não temos grandes perspectivas de crescer dentro da universidade. Antigamente tínhamos um concurso que achávamos ruim, mas pelo menos tínhamos o concurso. Era um jogo mais claro, com regras mais abertas e quem quisesse podia pleitear, se preparar e participar do concurso. Existe uma promessa de um plano de carreira, que inicialmente seria apresentado no final do ano passado, e até agora não aconteceu nada.

Só que esse plano de carreira é unilateral, não foi discutido com ninguém. Foi feito um levantamento para adequação dos cargos à função dos trabalhadores admi-

nistrativos e a partir disso elaborou-se um plano do qual não sabemos o que está por trás, ou qual é o seu embasamento. A única coisa que sabemos é que ele foi preparado para o novo momento que a universidade vive, isso sem falar na troca dos funcionários. Nós tivemos um número muito grande de funcionários que saíram da universidade e, além disso, demissões continuam acontecendo até hoje."

FAIXAS SALARIAIS DIFERENCIADAS

"Não são repostos os cargos dos funcionários demitidos ou contrata-se outro trabalhador com faixa salarial bem menor, reforçando mais uma vez o salário base, que é diferente do valor recebido por um trabalhador com mais tempo de casa, onde acrescenta-se o quinquênio e outros benefícios.

Por outro lado, hoje temos que trabalhar o dobro do que trabalhávamos antes e cumprindo também outras funções. As telefonistas, por exemplo, foram todas demitidas e o serviço de telefonia que colocaram no lugar, pautado numa informatização dos serviços telefônicos, não funciona. Isso duplica o trabalho dos outros funcioná-

rios. Sem falar nas secretarias, às vezes eu passo em frente à SAE e me dá angústia quando vejo aquela fila, aquela loucura.

Já vi casos, por exemplo, de aluno que esperou três horas para ser atendido, e quando chegou à mesa ouviu que aquela tarefa poderia ser feita pelo computador. Eu me lembro quando entrei na PUC-SP, que tinha a sala 1, a secretaria do curso de humanas e jurídicas, onde era tudo manual. A única diferença de lá pra cá é que agora tem a senha, no nosso tempo tinha era fila. Em nome dessa unificação do atendimento esvaziaram-se todas as secretarias de faculdade, só que infelizmente a SAE não dá conta de atender todas as demandas, o aluno acaba indo à na secretaria da faculdade, e a secretaria não tem infraestrutura necessária para atender, e assim o trabalhador é penalizado.

Outra forma de precarização é a terceirização, essa exploração que existe hoje na universidade. Nós cobramos a presença da Igreja na PUC-SP principalmente em nossos momentos de lutas maiores. Nós vemos a Igreja fazendo tanta coisa bonita lá fora, mas quando chega aqui dentro o discurso muda e a atitude também. Quando

você vê a valorização das empresas terceirizadas à custa do suor do trabalhador que é super explorado, fica claro o que está posto na universidade hoje."

ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR

"Estou na PUC há bastante tempo e acompanhei o envelhecimento de vários trabalhadores e o meu também. Muito se falou em preparar uma aposentadoria complementar, muito se discutiu, mas pouco se sistematizou. Aquilo que ocorreu ao longo desses anos foi somente no plano individual e não no coletivo, de forma que pudesse vir a se transformar numa política de preparação para a aposentadoria. Foi isso que me levou a fazer o meu mestrado em Gerontologia. Foi exatamente à época dos Planos de Demissão Voluntária, momento em que muitos trabalhadores acabaram saindo da PUC-SP. Coincidentemente eram os mais idosos que foram ameaçados a se desligarem e sem preparo nenhum.

Quando falo preparo, não falo só na questão financeira, falo de uma forma ge-

continua na próxima página

continuação da página anterior

ral, pois, quando você deixa o seu trabalho e vai se aposentar, se não estiver preparado para esse momento perde o seu referencial social e psicológico. Hoje a universidade tem vários trabalhadores que já não deveriam mais estar trabalhando, deveriam estar vivendo com lazer, com prazer, com alegria, com a família, ninguém tem que morrer aqui dentro desta universidade.

Existe uma proposta no programa de Gerontologia que seria a criação de um instituto de altos estudos, exatamente para professores que não têm mais condição de estar em sala de aula. Mas aqui na PUC-SP muita coi-

sa acontece sem que ninguém seja consultado. Nós chegamos a receber no Consun a proposta da aposentadoria compulsória, na gestão Maura Vêras, sem que o programa de Gerontologia e os especialistas da área fossem ouvidos.

E do ponto de vista dos funcionários também não existe nenhuma proposta. No curso que estou fazendo atualmente pretendo pesquisar e tentar contribuir com a universidade e com os trabalhadores no sentido de pensar uma proposta para preparação em relação à aposentadoria.

Só poderemos resolver em médio prazo esta situação se houver disponibilidade de tanto por parte da Reitoria, como da Fundação, para

sentar e conversar.

Acredito no diálogo, se você consegue analisar as várias vertentes do problema, tem condição de resolver essa questão, a bom termo.

Mas isto não pode ser feito de cima para baixo. Acredito na universidade, acredito nas pessoas que a administram, acho que falta um planejamento, uma ação participativa, e que venha com boa vontade dos dois lados."

PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

"Acho que a AFAPUC tem um papel fundamental, assim como a APROPUC, que é exatamente fazer o elo entre os trabalhadores, a Fundação e a Reitoria.

Acredito que, necessari-

amente têm que ser respeitadas as associações e cabe a elas buscarem esse diálogo, de forma a não sacrificar tanto os trabalhadores da forma que tem sido feita. Acredito nas associações com todas as dificuldades que elas têm, e também acredito na universidade.

Ambos os lados estão sendo explorados, dos professores está sendo exigido muito mais do que humanamente é possível alguém oferecer, é uma mudança de contrato unilateral, pois não foi sentado, conversado, acordado e os funcionários pelo seu lado também estão sobrecarregados da mesma forma que os professores, principalmente com todas essas mudanças."

POSIÇÃO DO SINPRO-SP

Arrogância da Fundação São Paulo pode gerar colapso generalizado na PUC-SP, mas ainda dá tempo...

A vitória que os professores da PUC-SP obtiveram recentemente na Justiça tem vários significados e se soma aos sucessivos revezes que a Reitoria da universidade - ou essa contrafação que representa a Fundação São Paulo, mas não os grandes objetivos acadêmicos que sempre marcaram a história da instituição - vem sofrendo nos últimos tempos.

Sem dúvida, é um aprendizado para todos: para os professores - para aqueles que por diversos motivos abriram mão do reajuste e dos salários atrasados que lhes eram devidos e para aqueles que preferiram confrontar a irregularidade que isso representava; para os alunos, que testemunham diariamente a estranha lógica administrativa que imagina que o desrespeito ao direito pode resolver a crise crônica atravessada pelos cursos que frequentam; e, acima de tudo, para os próprios gestores da PUC-SP cuja arrogância foi desmoralizada pela sentença da juíza Priscila Duque Madeira, da 76ª Vara do Trabalho de São Paulo. São esses senhores que precisam ter a humildade de reconhecer que o caminho que escolheram para "recuperar" a universidade não tem brilho algum; ao contrário: é bem possível que através dele o passivo que a instituição acumula possa inviabilizar a rotina dos serviços que presta à sociedade. É difícil imaginar que o ensino superior brasileiro, em algum momento, não possa mais contar com a PUC como uma referência de qualidade científica e pedagógica. Em perspectiva, no entanto, a gravidade que se avoluma a cada nova investida desse grupo vai desenhando exatamente isso: o colapso da instituição.

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) já acumula uma boa e longa experiência em diagnósticos desse tipo tal é o número de vezes que advertiu os empresários da educação privada para a característica enviesada dos padrões de conduta que adotam quando transformam a lógica financeira na obsessão de seus negó-

cios, invariavelmente às custas de seus professores. Em alguns casos, até que se saem bem, mas com o sacrifício da identidade de suas empresas e com a perda da legitimidade social que instituições de ensino e de pesquisa exigem para que sejam consideradas como tal. A opinião pública, severa como é, cunhou o termo "uniesquina" para definir esse tipo de universidade, e ninguém mais leva a sério essas espeluncas que se espalham pelo ensino superior brasileiro. Pois cabe aos dirigentes da PUC-SP escolher para onde pretendem levar a instituição. Se quiserem jogar a universidade na vala comum da mediocridade, não precisam de conselhos - basta continuar fazendo o que estão fazendo: agravar as condições de trabalho de seu corpo docente, política da qual o descumprimento dos acordos salariais de 2005 é apenas uma amostra.

Mas se quiserem preservar as conquistas que colocaram a PUC-SP na vanguarda da universidade brasileira, no âmbito do ensino e da produção científica, precisam baixar a crista e olhar de frente para a realidade a partir de uma filosofia que é tão simples quanto correta: nenhum desafogo financeiro dá certo quando se recorre à supressão de direitos. Os gestores atuais da universidade precisam deixar de lado essa nova aventura que é a mudança nos contratos de trabalho dos professores prevista para este ano; precisam sentar-se à mesa com a APROPUC e negociar ponto a ponto as dívidas que têm com o seu corpo docente; abandonar o recurso contra a sentença da juíza Duque Madeira e garantir que todos recebam o que lhes é devido; deixar de lado, enfim, a precarização como filosofia administrativa e acostumar-se à ideia de que uma universidade fundacional comunitária, em lugar nenhum do mundo, foi feita para dar lucros, mas para prestar serviços de relevância social sustentados por formas oficiais e alternativas de custeio. Em relação ao que vêm fazendo, é uma mudança e tanto...

Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo

FALA COMUNIDADE

Carta de suicida

Jorge Claudio Ribeiro

A tragédia ocorrida dia 7 de abril mobilizou a sociedade brasileira em múltiplos sentidos. O fato de ter ocorrido numa escola e contra estudantes deve mobilizar a nós, educadores, para que possamos "acordar os homens e adormecer as crianças" (Drummond): buscar a fundo as causas sem detonar paranóia. Urge que o gesto do ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira seja decifrado, senão corremos o risco de sermos devorados por ele.

A carta a nós deixada pelo agressor ajuda a erguer parte do véu de horror que recobre seu gesto homicida e, a seguir, suicida. Compreender a mente desse jovem e as múltiplas relações que o moldaram certamente contribui para ações preventivas adequadas.

Inicialmente é preciso não esquecer que a carta foi escrita antes dos atentados, embora leiamos seu texto após os acontecimentos. Assim, vemos que o jovem de 23 anos já contava com a própria morte, pois determinou como seu corpo deveria ser preparado e definiu onde desejava ser sepultado e a destinação de

sua casa. Os verbos da carta aparecem no tempo passado, mas se referem a um momento futuro, o que sugere uma pretensão de controlar ao menos seu derradeiro instante: ao sair de casa, naquela manhã, Wellington provavelmente estava seguro de que não viveria até o final do dia.

O documento pode ser dividido em quatro partes. Na primeira, o autor dá instruções detalhadas sobre como embalar seu corpo; a segunda parte refere-se ao sepultamento e às encomendas conduzidas por "um fiel seguidor de Deus"; na terceira, ele destina sua casa em Sepetiba para instituições que cuidam de animais abandonados; na quarta parte, negocia seu pedido, invocando o argumento de que, se seus pais desejavam passar o imóvel para o nome dele, então avalizavam essa doação.

Os verbos também revelam as intenções de Wellington. No início, ele se apresenta autoritário, confiante, ao afirmar que os ímpuros deverão saber que não poderão tocar seu cadáver sem luvas e, só após o envolverem no lençol que ele mesmo providenciou poderão colocá-lo no caixão. A seguir, baixa o tom e

pede "se possível" para ser sepultado ao lado sua mãe adotiva, Dickey (cita o nome completo, para não haver dúvidas). Wellington retoma o tom imperativo ao querer a doação da casa, mas logo pede "por favor" aos familiares que tenham o bom senso de cumprir seu pedido. Esse fluxo de tonalidades provavelmente mostra que acerca de algumas coisas (sua morte) o jovem pensa ter controle, sobre outras ele sabe que depende da decisão de terceiros.

Em várias passagens, a carta assume, nos símbolos e nas referências, um tom religioso, provavelmente oriundo de sua formação. Exige pureza, sobretudo sexual, pois seu sangue e ele mesmo, que se diz virgem, não devem ser tocados por ímpuros. Seu ritual fúnebre deveria imitar o relato da preparação do corpo de Jesus, lavado e envolvido num sudário; outra referência seria o dilúvio, em que Noé abriga animais em sua arca, enquanto a humanidade se afoga. Invoca ainda a consideração aos pais, talvez eco de um culto aos antepassados. Todo o texto aparece embalado em estilo apocalíptico, mais visível nas exigências e ame-

ças, na referência à segunda vinda de Jesus que o despertará "do sono da morte para a vida eterna" e na menção a fornicadores, adúlteros e aos que perderam "suas castidades" antes do casamento.

No entanto, pode-se argumentar que só na aparência essa carta tem algo de religioso, pois manifesta profundas contradições. Ao penetrar profundamente o corpo e o sangue das virgens; ao surpreender mortalmente adolescentes mais indefesos que os animais que lhe suscitam compaixão; ao não levar em consideração a dor dos pais de suas vítimas, Wellington contradiz na prática os valores que proclamou numa linguagem aparentemente devota. Ao mencionar apenas vagamente seu ato ("o que eu fiz"), a tragédia que estava prestes a detonar, esse jovem infeliz, e causador de tão funda infelicidade, parece que há muito estava incapacitado para o contato com o mundo e com as pessoas além dele mesmo.

Jorge Claudio Ribeiro, 62, Professor titular do Depto. de Ciência da Religião da PUC-SP, teólogo e editor da Olho d'Água.

SEUS DIREITOS

Acidente do trabalho e dificuldades enfrentadas para adquirir o direito à estabilidade provisória

Nos casos de acidente de trabalho, o empregado tem direito à estabilidade provisória de no mínimo de 12 (doze) meses após a alta médica, ou seja, da cura da doença conforme o artigo 118 da Lei 8213/91. Nestes casos, a empresa é obrigada a fornecer ao empregado o documento denominado CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho, para o reconhecimento da doença profissional ou do acidente de trabalho dos empregados.

A emissão da CAT independe

de afastamentos do empregado por períodos superiores a 15 (quinze) dias, acarreta a concessão de auxílio-doença. No entanto, nem sempre a empresa fornece a CAT e permite que seus funcionários se ausentem do trabalho em períodos superiores a 15 (quinze) dias.

Mas, felizmente, a Justiça do Trabalho reconhece que a falta de comunicação ao INSS não impede o direito dos empregados à estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho prevista na lei 8.231/91, tampouco a ausência de

concessão de auxílio-doença pelo período superior a 15 (quinze) dias.

É o entendimento da Justiça do Trabalho. Cabe ressaltar a decisão da Quinta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região - Paraná, proveniente da AÇÃO CIVIL PÚBLICA proposta pelo sindicato da categoria, que condenou o HSBC ao pagamento da indenização de R\$ 500 mil em dano moral coletivo para os empregados acometidos ou com suspeita de LER/DORT, ou seja, doença decorrente de acidente de trabalho pela recusa da empresa em

emitir a CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho. A decisão tem abrangência nacional para a categoria (recurso TRT-PR-RO-98905-2004-007-09-00-9).

Da mesma forma, a ausência de concessão do auxílio-doença não impede a estabilidade provisória da empregada acometida de doença profissional conforme o entendimento da quinta turma do Tribunal Superior do Trabalho, em outra decisão, processo RR - 65500-18.2000.5.02.0071.

Brasil e Irã: um passo atrás

Frei Betto

Ao visitar nosso país, Obama pediu à presidente Dilma que o Brasil assinasse, como coautor, a resolução para o Conselho de Direitos Humanos da ONU investigar inúmeras denúncias de violações no Irã, atribuídas ao governo de Mahmoud Ahmadinejad.

Proposta pela Casa Branca, a resolução foi aprovada em Genebra, na quinta, 24/3, por 22 votos - inclusive o do Brasil -, 7 contra e 14 abstenções.

A posição do governo Dilma contraria a do governo Lula. Este jamais se submeteu a Washington em matéria de política externa. Em novembro do ano passado, o Brasil se absteve ao votar resolução da Assembleia Geral da ONU condenando desrespeitos aos direitos humanos no Irã.

A embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, representante do nosso país no Conselho de Direitos Humanos da ONU, justificou seu voto, em nome do governo Dilma, alegando não se tratar de posição contrária ao Irã, e sim a favor dos direitos humanos. E negou ter sido barganha para o Brasil obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU - o que Dilma pediu a Obama e este respondeu apenas que ouviria com "apreço" e mais não disse...

Lula tinha duas razões para se abster de condenar o Irã. Entre os países árabes, é com a antiga Pérsia que o Brasil mantém maior fluxo comercial. Nos próximos cinco anos o in-

tercâmbio entre os dois países pode atingir a elevada soma de US\$ 10 bilhões.

A segunda razão é que Lula não vê moral no governo dos EUA para cobrar do Irã respeito aos direitos humanos e tentar impedir que o governo de Ahmadinejad faça uso pacífico da energia nuclear.

Por que EUA, Europa ocidental e Brasil podem fazê-lo e o Irã não? Porque as intenções deste país, diz a Casa Branca, são bélicas. Ao que Lula respondeu: por que EUA, Israel, Índia, Paquistão e tantos países europeus podem ter armas nucleares e o Irã não? Ou se promove o desarmamento geral ou basta de cinismo...

Sou inteiramente a favor de se condenar violações de direitos humanos no Irã, onde os adeptos da religião Bahá'í são duramente perseguidos e a pena de morte por apedrejamento é legal. Porém, o Brasil não pode adotar posições dúbias em sua política internacional.

Se o governo Dilma pretende pautar sua política externa pelo tema dos direitos humanos, deve exigir da ONU investigar o país que mais comete violações: os EUA. Que o digam os iraquianos e os afegãos.

Obama perdeu uma rara oportunidade de, em sua visita ao Brasil, Chile e El Salvador, pedir desculpas a essas nações pelas ditaduras nelas implantadas, graças à Casa Branca, nas décadas de 60 e 70. Todas patrocinadas pela CIA e armadas pelo Pentágono.

Foram milhares de presos, exilados, mortos e desaparecidos, sem que o governo dos EUA dissesse

uma única palavra de censura aos generais brasileiros, a Pinochet e aos Esquadrões da Morte que, em El Salvador, assassinaram, em março de 1980, monsenhor Oscar Romero, arcebispo de San Salvador, e seis padres jesuítas, em novembro de 1989.

A presidente Dilma teria falado com Obama - que usou o Brasil como púlpito para decretar guerra contra a Líbia - sobre os cinco cubanos injustamente presos nos EUA desde 1998?

Antonio Guerrero, Fernando González, Gerardo Hernández, Ramon Labañino e René González viviam nos EUA para evitar atos terroristas contra Cuba, planejados em Miami. Graças aos cinco - cuja saga Fernando Morais descreve em livro a ser lançado nos próximos meses - cerca de 200 ações terroristas foram abortadas. No entanto, continuam em liberdade nos EUA os terroristas treinados pela CIA e que, nas últimas décadas, cometeram 681 ações contra Cuba, causando a morte de 3.478 crianças, mulheres e homens, e lesões irreparáveis em 2.099 pessoas.

Usar a base naval de Guantánamo em Cuba como cárcere clandestino de supostos terroristas muçulmanos não é violar os direitos humanos? Cadê a promessa de Obama de fechar aquele antro de perversidades? Obama haverá de incriminar Bush que, em sua autobiografia, admite ter autorizado torturas contra suspeitos de terrorismo? (Ver denúncia do "Washington Post" de 15/10/2008).

Obama destituirá das Forças Armadas os militares responsáveis por sequestros de muçulmanos suspeitos de terrorismo, transportados em vôos clandestinos através de aeroportos europeus? Obama levará ao banco dos réus os culpados, nos EUA, pela prática de "waterboarding", que consiste em submeter prisioneiros à simulação de afogamento?

E com que cara o Brasil fala em direitos humanos em outros países se aqui ocorrem cerca de 40 mil assassinatos por ano; a polícia civil de São Paulo acusa grupos de extermínio formados por PMs de matar 150 pessoas entre 2006 e 2010 (61% sem antecedentes criminais); e o Ministério do Trabalho divulga que há cerca de 25 mil pessoas em regime de trabalho escravo.

Bem, questiona Jesus: "Como você se atreve a dizer ao irmão: 'Deixe-me tirar o cisco de seu olho', quando você mesmo tem uma trave no seu?" (Mateus 7, 4).

Frei Betto é escritor, autor de "Diário de Fernando - nos cárceres da ditadura militar brasileira" (Rocco), entre outros livros. www.freibetto.org - twitter:@freibetto.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Greve dos funcionários públicos paralisa Diadema

Na última quinta-feira, 28/4, os servidores públicos de Diadema deram início à paralisação de suas atividades, por tempo indeterminado, após a negativa do prefeito Mário Reali (PT) ao pedido de aumento salarial do funcionalismo de 11%. A decisão já havia sido tomada na terça-feira passada, 19/4, durante a assembleia realizada na sede do Sindema (Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema).

A rodada de negociações teve início no dia 15/4, e a

proposta da prefeitura é de um aumento de 10,4% de forma fracionada: 2% em dezembro e outras parcelas de 2% durante os meses de fevereiro, abril, julho e setembro, ficando abaixo da inflação acumulada do período. A direção do Sindicato deixou claro que a proposta seria rejeitada pela categoria, mas ainda assim nenhuma contraproposta foi apresentada.

Durante a última greve realizada na cidade, em 2007, durante a gestão do ex-prefeito e, atualmente, deputa-

do federal José de Filippi (PT), os funcionários que aderiram ao movimento foram descontados, sob alegação de que o funcionalismo não tinha respaldo jurídico para realização de greves.. O prefeito Mário Reali já antecipou que irá descontar os dias não trabalhados.

A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema é de que enquanto o serviço público não tiver uma legislação específica, valerá os dispositivos da lei que abrangem o setor privado.

Ato na Praça da Sé comemora 1º de Maio em luta

Neste domingo, dia 1º de maio, aconteceu na Praça da Sé um ato em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador. Diferente dos festejos organizados pela Força Sindical e CTB, na Barra Funda, e pela CUT, no Ipiranga, com shows musicais, sorteios de prêmios como apartamentos e carros, na Praça da Sé ocorreu um ato em luta e defesa dos trabalhadores e pelos seus direitos.

O ato foi organizado e apoiado por centenas de entidades, organizações e movimentos sociais, como a APROPUC, UNEafro, Enecos, e outras como Fóruns das Pastorais Sociais, CEBs da Arquidiocese de São Paulo, CSP-Conlutas, Intersindical, Unidos pra Lutar, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Consulta Popular, PCB, PSTU, PSOL, PCR.

Luta das terceirizadas da USP continua

Continua circulando na internet o manifesto contra a terceirização na USP, reivindicando o pagamento imediato dos salários atrasados, respeito aos demais direitos trabalhistas dos terceirizados, igualdade de direitos e salários entre terceirizados e demais servidores efetivos, nenhuma punição aos trabalhadores em greve, condições de trabalho dignas e o fim imediato da terceirização, com a efetivação de todos os terceirizados ao quadro de servidores da universidade.

A APROPUC assina o documento, ao lado de outros professores e juristas. Quem tem interesse em assinar esse manifesto, deve enviar um e-mail, com nome completo, atividade/profissão e a instituição ao qual é vinculado, para manifestocontra terceirizacao@yahoo.com.br.

Entidades organizam ato contra o racismo

No próximo dia 13/5, a partir das 14h, na Praça Ramos, acontece um grande ato organizado pela UNEafro-Brasil, APROPUC, Consulta Popular, Tribunal Popular, Construção Coletiva da PUC-SP e diversas outras organizações sociais, para a re-

flexão e luta contra o genocídio da população negra. O dia nacional de denúncia do racismo será marcado por diversas intervenções poéticas e artísticas, aulas públicas e um ato político/cultural que deve sair em passeata pelas ruas do centro.



Flaskô promove seminário sobre o Poder Judiciário

Neste sábado, dia 7/5, às 9h, a fábrica ocupada e sob controle dos trabalhadores a Flaskô realiza o seminário "Direito para que(m)?" . Jorge Luiz Souto Maior, que é Juiz do Trabalho da 15ª região e professor da Faculdade de Direito da USP, na área de Direito do Trabalho; e Marcus Orione Gonçalves Correia, Juiz da 1ª Vara Federal Previdenciária de São Paulo e, também, docente de Direito da USP, nas áreas de Direitos Humanos e

Direito Previdenciário, discutirão as dificuldades dos trabalhadores na efetivação de seus direitos garantidos em lei. O evento ocorrerá na própria Flaskô, Rua 26, nº 300, Pq. Bandeirantes, Sumaré-SP (saída do Km 107 da Anhanguera). Haverá ônibus fretado saindo da PUC-SP e do IFCH, na Unicamp. Maiores informações, no telefone (19) 3864-2624 ou www.fabricasocupadas.org.br.

A APROPUC assina o

manifesto em defesa da Flaskô e apoia a Declaração de Interesse Social da fábrica. Sob controle operário, a jornada de trabalho foi reduzida para 30 horas semanais, sem redução de salários; foi organizada a ocupação da fábrica e construída a Vila Operária e Popular, com moradia para mais de 560 famílias; teve início o projeto "Fábrica de Cultura e Esporte", com teatro, cinema, judô, futebol, balé e dança; e, desde o início, é defendida a estatização da fábrica.

ROLA NA RAMPA

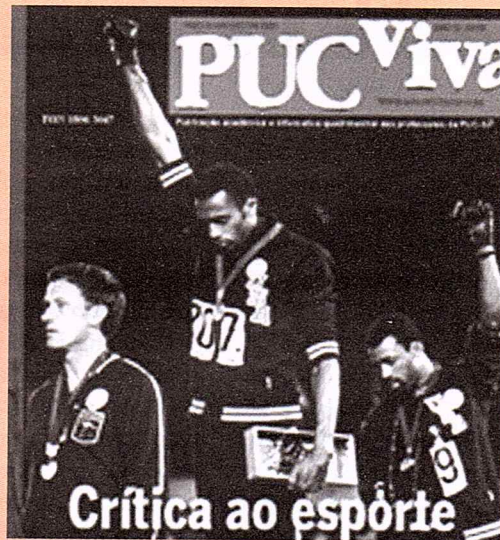
APROPUC realiza dois eventos no mês de maio

No dia 19/5, às 19h, no Auditório 333 (prédio novo do campus Monte Alegre), será lançada a revista "Crítica ao esporte", 38ª edição da *Revista PUCviva*. No debate, estarão presentes Ricardo Melani, Sergio Luiz Carlos dos Santos, Danilo Heitor Vilariño Cajazeira, Francisco José Nunes e Nei Jorge dos Santos Junior. A revista terá textos discutindo as relações de dependência entre esporte e mídia, a atuação da Associação Nacional dos Torcedores (ANT), a mercantilização do esporte e o capitalismo, os significados do esporte enquanto identidade co-

letiva e instrumento de educação, entre outros temas.

Ainda no mês de maio, também ocorre, entre os dias 23 e 27, a semana comemorativa dos 140 anos da Comuna de Paris.

O tema da semana é "Tomando o Céu de Assalto - Da Comuna de Paris à Comuna de Oaxaca: 140 anos de experiências de auto-organização dos trabalhadores". A atividade é promovida pela APROPUC, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), Núcleo de Estudos de História e o Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP (CCA).



Mobilização em defesa da PUC-SP

O Conselho de Centros Acadêmicos da PUC-SP está organizando uma série de atividades de mobilização na universidade. Na terça, 3/5, uma panfletagem será realizada chamando os estudantes a participarem de um ato em defesa da PUC-SP, no dia 12/5. Além da panfletagem, diversas notas sobre a situação de precarização que a universidade vive serão divulgadas pelos CAs e grupos que compõe o CCA, assim como

passagens em sala explicando a atual conjuntura da PUC-SP e chamando para mobilização. A articulação não é uma iniciativa isolada dos estudantes, o Comitê Unificado dos três setores (professores, funcionários e estudantes), se reunirá também na terça, 3/5, às 18h na sede da APROPUC para debater as próximas ações em conjunto, contra a mercantilização e precarização do ensino e do trabalho.

Estudantes preparam encontros nacionais

No movimento estudantil, além das pautas gerais os estudantes se organizam nos chamados movimentos de área, através de Executivas e Federações de curso. Anualmente essas entidades realizam encontros nacionais, e alguns deles já estão com local e data definidos. Os estudantes da PUC-SP fazem parte dessas executivas e federações, seja como participantes ou coordenadores, e já estão se mobilizando para os encontros. O Enecom (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), por exemplo,

será entre os dias 22 e 29/7, em Belém no Pará. Já o Eneco (Encontro Nacional dos Estudantes de Economia) de 17 a 23/7, em Niterói, no Rio de Janeiro. Em São Paulo irá ocorrer o ENED (Encontro Nacional dos Estudantes de Direito) na Faculdade Zumbi dos Palmares, entre os dias 24 e 31/7, e suas inscrições já se iniciaram nessa semana. Para maiores informações sobre os encontros citados, procure o CA Benevides Paixão (Enecom), o grupo Rugido do Leão (Eneco) e o grupo Construção Coletiva (Ened).

Consun define vagas para vestibular de inverno

Na última reunião do Consun também foi aprovado o quadro de vagas para o chamado vestibular de inverno. A relatora, professora Margarida Limena, deu parecer favorável ao quadro de vagas encaminhado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) que obedeceu às

determinações de números mínimos para abertura de turmas estipulado pelo Consun. Mas, conforme ficou acertado no último Conselho de Administração (Consad), o próximo vestibular deverá obedecer a limites mais estreitos para abertura de turmas.

Agência Maurício Tragtenberg vai ao ar

Na simbólica data de 1º de maio, finalmente foi ao ar a versão beta da AgeMT (Agência Maurício Tragtenberg), a Agência de Jornalismo Online. A página pode ser acessada no endereço:

www.agemt.org. A AgeMT é resultado da intensa mobilização do curso de Jornalismo que, em outubro de 2010, paralisaram o curso por duas semanas exigindo sua implementação.

Continuam as atividades do CineCACS

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais continua promovendo seu ciclo de cinema para discutir as ditaduras latino-americanas. Nesta quarta-feira, 4/5, acontecem as exhibições dos filmes "A Guerra da Água", na APROPUC, às 8h40, com comentários do professor Everaldo de Andrade, e "Sur", com comentários de Antonio Rago Filho, na T-47, às

19h40. Ainda essa semana acontece o lançamento do livro "No Avesso do Paraíso: A vida clandestina no tempo dos generais", às 18h, na sala 518, com a presença de Odilon Guedes, um dos militantes clandestinos, na época da ditadura, retratados no livro. Na próxima semana, dia 11/5, o CACS exhibe "As Mães da praça de maio", encerrando o ciclo.